

Ainda há tempo para evitar nova crise no setor elétrico nacional

O Governo trabalha há mais de um ano num novo modelo para o setor elétrico.

Os objetivos que justificam esse esforço são compartilhados por todos: tarifas módicas, segurança no abastecimento de energia e atração de investimentos.

No entanto, o modelo encaminhado ao Congresso provocou uma forte reação negativa. Nas três últimas semanas foram publicadas pela mídia nacional mais de 60 matérias que divulgaram:

- Os investidores têm apontado sérios problemas que comprometerão, no curto e longo prazo, tanto o preço quanto o volume de energia ofertada;
- O Supremo Tribunal Federal expressou, através de voto de um de seus Ministros, que algumas das disposições do texto transferem ao Poder Executivo, sem qualquer limite, a tomada de decisões políticas que a Constituição reserva ao Congresso;
- Professores e pesquisadores indicam a grave desmobilização de recursos hoje usados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e que serão usados para custear uma nova empresa estatal;
- Agências de risco mantêm a perspectiva negativa para o setor em função da concentração de poder no Executivo e da menor autonomia da agência reguladora.

Esse modelo recebeu mais de 760 emendas na Câmara dos Deputados, um recorde histórico. Não parece ser razoável assumir que um modelo que tem vários pontos contestados por um grande número de agentes e setores da sociedade não necessite de ajustes.

Também não parece razoável ignorar as contribuições que os agentes têm oferecido durante todo esse tempo e que não têm sido acolhidas. Os números comprovam:

▪ Para permitir um crescimento econômico de 3,5% ao ano – e gerar os tão esperados empregos – serão necessários, nos próximos anos, R\$20 bilhões anuais em investimentos no setor elétrico;

▪ Desses R\$20 bilhões, o Estado poderá arcar, na melhor das hipóteses, com R\$9 bilhões;

▪ Portanto, é essencial a construção de um ambiente regulatório estável e que atraia os agentes privados que responderão por mais da metade dos recursos necessários para garantir o fornecimento de energia.

São esses investimentos que garantirão a energia para mover nossas fábricas, escoar nossa produção e iluminar nossas ruas e casas. Sem esses investimentos, o crescimento não se realiza.

Com a proposta de modelo encaminhada pelo Governo, caminhamos para uma séria crise no setor elétrico nacional porque:

- Haverá aumento de risco regulatório em função da concentração de poder nas mãos do Executivo, que passará a administrar o setor com base em decretos que não passarão mais pelo crivo do Congresso;
- Tal aumento de risco se refletirá em aumento de custo de capital para o financiamento do setor, custo este transferido para a tarifa;
- A proibição da participação societária e da obrigatoriedade do seu descruzamento não geram nenhum benefício para o consumidor. Pelo contrário. Acarretam maiores custos para as empresas, implicando portanto aumento tarifário;
- O mecanismo proposto para compra e venda de energia configura indiscutível reserva de mercado e concentra todo o risco nos investidores atuais – os mesmos investidores que, há poucos anos, foram atraídos como

“novos investidores”. Isso evidencia mudança de regras no meio do jogo, inviabiliza novos investimentos por parte dos investidores atuais, e emite um péssimo sinal para os novos investidores que se pretende atrair.

Para a Sociedade brasileira, os efeitos acima se traduzem em duas conseqüências: o novo modelo não garante o abastecimento de energia e não assegura a tão desejada modicidade tarifária.

Os investidores que respondem por mais de 90% da distribuição e mais de 25% da geração de energia elétrica do Brasil, e que já aportaram mais de R\$120 bilhões nos últimos 7 anos, apresentaram ao Congresso uma agenda mínima que promoverá as condições de sustentabilidade do setor elétrico.

A agenda mínima apresentada pelos agentes não transfigura o modelo proposto pelo Governo. Ao contrário, por contribuir para a viabilização do setor, oferece uma base mais sólida e consensual para a implantação segura das novas regras.

Esperamos, com as nossas contribuições, sensibilizar o Congresso e o Executivo para a necessidade de contemplar as medidas essenciais que permitirão a retomada dos investimentos, paralisados pela falta de regras claras e estáveis.

Acreditamos na democracia e na disposição para o diálogo. Acreditamos, acima de tudo, na viabilidade de construção de um setor elétrico virtuoso e que permita o crescimento econômico tão desejado por todos.

Ainda há tempo.

CBIEE
Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica

APINE
Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica

ABRADEE
Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

ABRACEEL
Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica

ABCE
Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica